



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 32, DE 2020 – REFORMA ADMINISTRATIVA

#### REQUERIMENTO N. \_\_\_\_\_, DE 2021 (Do Sr. Gervásio Maia)

Requer a realização de  
Audiência Pública para debater  
a Proposta de Emenda  
Constitucional nº 32, de 2020.

Senhora Presidente,

Requer-se, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão Especial, para debater a Proposta de Reforma Administrativa veiculada na PEC nº 32, de 2020. Sugere-se, desde logo, seja oportunamente convidada para a reunião a ser realizada, para participar na condição de debatedora a Sra. MARIA WYLINE TE FERNANDES CAVALCANTE, Diretora de Formação Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos do Ministério da Fazenda, SindFazenda.

#### JUSTIFICATIVA

A PEC da Reforma Administrativa enviada pelo Governo Federal traz mudanças significativas no regime jurídico dos servidores públicos amparada em diagnóstico, sem lastro em estudo técnico, de que o Estado brasileiro é grande, ineficiente e gasta excessivamente com a remuneração de pessoal. Esse mantra reproduzido insistentemente, talvez sob ardilosa tática de usar da repetição para gerar uma ilusão da verdade, é deveras controverso.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gervásio Maia

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214214441500>





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 14/06/2021 12:48 - PEC03220

REQ n.27/2021

Diversos estudos científicos vêm sendo produzidos para demonstrar que, a despeito da expressividade das despesas de pessoal nos orçamentos públicos, as supostas distorções no serviço público que justificam as mudanças pretendidas, são relativas, especialmente em comparação com o resto do mundo. A exemplo disso, a Nota de Política Econômica produzida pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades – MADE/USP, que sob várias métricas, conclui que “o Brasil não gasta mais em funcionalismo do que outros países. A média de países da OCDE gasta em termos absolutos mais que o dobro – 2,2 vezes – com servidores do que nós, quando consideramos o tamanho da população.”<sup>1</sup>

A Nota Técnica nº 69, de 2021, da Consultoria de Orçamento do Senado Federal, que analisa os aspectos fiscais da PEC 32, de 2020, vai além, concluindo que da forma proposta, a PEC tanto não traz resultados esperados em melhoria dos gastos públicos como deverá piorar a situação fiscal da União por seus efeitos adversos, quais sejam o aumento da corrupção, facilitação da captura do estado por agentes privados e redução da eficiência pela desestruturação das organizações.

À vista desses argumentos, mostra-se necessário o amplo debate do mérito da proposta, e dos seus reais impactos para a administração pública, para os servidores e para a população brasileira, destinatária dos serviços públicos e razão de existir do Estado.

Assim, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento, que certamente colaborará para o aperfeiçoamento do estado democrático de direito.

Sala de Reuniões, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

**Deputado GERVÁSIO MAIA**  
**PSB/PB**



<sup>1</sup> CARDOMINGO, Matias; TONETO, Rodrigo; CARVALHO, Laura (2020). **De parasitas às palmas na janela: uma análise dos gastos com funcionalismo no Brasil.**

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gervásio Maia

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214214441500>



\* C D 2 1 4 2 1 4 4 4 1 5 0 0 \*